

Pernambuco amplia segunda dose de reforço contra Covid-19 para idosos

Governo do Estado alerta para baixas coberturas na vacinação contra influenza e sarampo, e anuncia para o próximo sábado o Dia D de imunização contra essas doenças

O governador Paulo Câmara anunciou, ontem (25.04), a ampliação da vacinação contra a Covid-19, com a segunda dose de reforço na população a partir de 60 anos de idade. O público de idosos é estimado em mais de 1,2 milhão de pessoas em Pernambuco, e até o momento cerca de um milhão deles já foram vacinados com a primeira dose de reforço (ou terceira dose), o que equivale a 80,6% da cobertura vacinal nessa faixa etária. Quando se considera a população com mais de 18 anos, o percentual de cobertura se aproxima de 50%. Já a segunda dose de reforço está com cobertura de 18% do público elegível.

Além da imunização contra a Covid-19, o governador também anunciou para o próximo sábado, dia 30, a realização de um “Dia D” de vacinação contra os vírus da influenza e do sarampo. Ele reiterou que as vacinas têm sido a principal arma na luta contra a pandemia, e ampliar a imunização contra o coronavírus e outras doenças, sobretudo nos grupos mais vulneráveis, é uma prioridade do Estado. “É uma medida que vai assegurar a proteção para os mais velhos e garantir que os números da Covid continuem caindo. Aproveito ainda para convocar todos os maiores de 60 anos e os pais das crianças de 6 meses a 4 anos de idade, para participar do nosso Dia D contra a influenza, que será realizado no próximo sábado”, reforçou Paulo Câmara.

INFLUENZA – Após dados do Governo do Estado alertarem sobre a baixa adesão da população nas campanhas de vacinação contra a influenza e o sarampo, que ocorrem simultaneamente desde o dia 4 de abril, Pernambuco mobilizará esforços para reverter



esse quadro. No próximo sábado (30.04), acontecerá o Dia D da vacinação, que será direcionado para o público prioritário da primeira etapa da campanha, trabalhadores da saúde e as pessoas idosas com mais de 60 anos, além de crianças de seis meses a menores de cinco anos de idade.

Atualmente, a cobertura está em 16,8% para sarampo (trabalhadores da saúde) e apenas 6% para influenza (19,9% para trabalhadores da saúde e 12,2% para idosos com 60 anos ou mais). A meta é imunizar, até 3 de junho, data de encerramento da campanha, pelo menos 95% dos grupos elegíveis para sarampo e 90% para influenza.

“Não podemos esquecer que vivenciamos, entre dezembro de 2021 e janeiro deste ano, a maior epidemia de influenza que o Estado já enfrentou. Fazemos um chamamento a todos os idosos acima de 60 anos para que procurem o posto de

saúde mais próximo de suas casas para tomar a vacina”, ressaltou o secretário de Saúde André Longo, lembrando que atual vacina da influenza imuniza contra três cepas da gripe: H1N1, H3N2, incluindo a cepa Darwin e tipo B. A fórmula da vacina é diferente da aplicada no ano passado. Por isso, mesmo quem se imunizou no final de 2021 precisa tomar a nova dose para garantir uma proteção efetiva.

A partir do Dia D, no próximo sábado, e até 03 de junho, que compõem a segunda etapa da campanha, serão vacinadas contra influenza e sarampo, de forma simultânea, crianças de seis meses a menores de cinco anos de idade. Na segunda etapa também serão imunizados contra a influenza os grupos de gestantes, puérperas, povos indígenas, professores das escolas públicas e privadas, pessoas com comorbidades, pessoas com deficiência permanente, caminhoneiros, trabalhadores de transporte coletivo rodoviário de passageiros urbano e de longo curso, trabalhadores portuários, profissionais das forças de segurança e salvamento e das forças armadas, funcionários do sistema prisional, população privada de liberdade e adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas.

Presidente da República, Jair Bolsonaro, participa da abertura da maior feira de tecnologia agrícola do país

Presidente da República, Jair Bolsonaro, participou, nesta segunda-feira (25/04), em Ribeirão Preto (SP), do evento de abertura da 27ª Agrishow, Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação. Considerada uma das maiores feiras de tecnologia agrícola do mundo, a Agrishow tem o apoio do Governo Federal, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

A Agrishow reúne soluções para todos os tipos de culturas e tamanhos de propriedades, além de ser palco de lançamentos de tendências e inovações para o agronegócio. Ao público com representantes do setor da agricultura e pecuária, o Presidente Jair Bolsonaro afirmou que o Governo Federal faz todo o possível por aqueles que produzem no país e disse também que Estado bom é aquele que não interfere, mas dá liberdade a quem quer produzir.

Segundo ele, além de colaborar com o Produto Interno Bruto (PIB), o setor do agronegócio garante a segurança



alimentar do Brasil e de grande parte do mundo. Durante o discurso, o Presidente Jair Bolsonaro afirmou, ainda, que a titulação de terras tem avançado no país e lembrou que quem recebe o título de sua propriedade tem condições de produzir cada vez mais.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, relatou que há um ano o banco começou focar no agronegócio e já saltou de oitavo para segundo lugar entre as instituições que mais emprestam para o setor. A Caixa anunciou a abertura de 100 agências especializadas em agronegócio com gerentes preparados para o atendimento aos produtores rurais. Os estados que contam com maior número dessas unidades são Minas Gerais (12), Rio Grande do Sul (11) e Mato Grosso (10).

No estande do banco na Agrishow e no Caminhão Agro Caixa, uma equipe de mais de 40 empregados estará disponível para auxiliar os clientes em todo o processo de contratação do crédito rural, com atendimento especializado e assessoramento.

O Banco do Brasil, maior banco do agronegócio brasileiro, está presente na Agrishow em formato híbrido, por meio de estande físico e em meio digital, pela plataforma. O banco oferece linhas e soluções para todos os clientes produtores rurais, dos pequenos aos grandes, além das agroindústrias.

São linhas de crédito para custear, investir, comercializar, financiar a industrialização agropecuária, investir na armazenagem da produção e utilizar o crédito rotativo do capital de giro de forma complementar ao crédito rural. O volume desembolsado pelo BB nesta safra já superou R\$ 119 bilhões, um crescimento de 46% em relação ao mesmo período da safra anterior.

Presidente edita Medida Provisória para reduzir as filas da análise de benefícios e da perícia médica do INSS

O Presidente da República editou Medida Provisória que amplia o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade (Programa Especial) e o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (Programa de Revisão) com o objetivo de conferir maior agilidade no atendimento dos requerentes e beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais benefícios concedidos e pagos pelo INSS.

A pandemia do novo coronavírus infelizmente culminou com o fechamento das Agências da Previdência Social por cerca de seis meses, resultando em maior demanda por benefícios previdenciários em decorrência de eventos de doença ou morte. O longo período em que as Agências não estiveram em condições de realizar atendimentos presenciais e a redução do quantitativo de peritos médicos atuando presencialmente até meados de 2021 também impactou de forma significativa a demanda pela perícia médica.

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, o tempo médio de espera para o agendamento de perícia médica atualmente é de 66 dias (ante 17 dias em janeiro de 2020). Ademais, há um estoque de 762 mil agendamentos pendentes na fila da perícia médica. Tal atraso prejudica sobremaneira o segurado do Regime Geral de Previdência Social ou potencial beneficiário do Benefício de Prestação Continuada em momento de vulnerabilidade. Afinal, os benefícios que dependem de análise médico pericial são justamente aqueles concedidos em caso de incapacidade para o trabalho, invalidez ou deficiência.

A Medida Provisória prevê que poderá ser dispensada a emissão de parecer da perícia médica federal quanto à incapacidade laboral. Nesses casos, a concessão do benefício restringirá a análise documental,



incluídos atestados ou laudos médicos, conforme ato a ser editado pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Ademais, o segurado em gozo de auxílio auxílio-acidente, cujos benefícios tenham sido concedidos judicial ou administrativamente, também estarão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional ou tratamento, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue. Isso porque a evolução da medicina tem mostrado que, cada vez mais, lesões que se reputam definitivas acabam, no futuro, sendo passíveis de recuperação. Desse modo, o auxílio-acidente passa a receber tratamento há muito adotado para o auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) e a aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez). O segurado poderá no prazo de trinta dias recorrer do resultado da avaliação decorrente do exame médico.

A MP transfere à Subsecretaria de Perícia Médica Federal do Ministério do Trabalho e Previdência a competência para o julgamento dos recursos das decisões quanto à incapacidade laboral e à caracterização da invalidez do dependente, que cabia ao Conselho de Recursos da Previdência Social. O julgamento dos recursos caberá aos integrantes da carreira de Perito Médico Federal, conforme regulamento. No entanto os recursos interpostos até a entrada em vigor do regulamento continuarão a ser julgados pelo Conselho de Recursos da Previdência Social.

O Conselho de Recursos da Previdência Social não vinha dando conta da demanda em 2020 o julgou apenas 43% do estoque de recursos. Dos 992 mil recursos julgados, cerca de metade se referia a auxílio por incapacidade temporária. Ademais, os requisitos de formação dos conselheiros não contemplam conhecimento de matéria médica.

O Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade (Programa Especial), de que trata a Lei nº 13.846/2019, passa a abranger a análise processos que apresentem indícios de irregularidade ou potencial risco de realização de gastos indevidos, não

somente na concessão, mas também no recurso ou na revisão de benefícios. Com a alteração, o Programa Especial passará a abranger todos os processos de requerimento inicial e de revisão de benefícios com prazo legal para conclusão expirado e que represente acréscimo real à capacidade operacional regular de conclusão de requerimentos.

Há a ampliação também do Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (Programa de Revisão) para abranger, além do acompanhamento por médico perito de processos judiciais de benefícios por incapacidade, o exame médico pericial presencial realizado nas unidades de atendimento da Previdência Social cujo prazo máximo de agendamento de perícia médica for superior a quarenta e cinco dias.

A Medida Provisória dispõe também que os recursos relacionados à compensação financeira de que trata a Lei nº 9.796/1999 e à supervisão e à fiscalização dos regimes próprios de previdência social de que trata a Lei nº 9.717/1998 passarão a ser julgados pelo Conselho de Recursos da Previdência Social, após a efetiva implantação das unidades responsáveis pelo seu julgamento.

Por fim, é alterada a nomenclatura das tarefas extraordinárias pagas em decorrência do Programa Especial e do Programa de Revisão. Assim, as parcelas serão renomeadas para Tarefa Extraordinária de Redução de Filas e Combate à Fraude - TERF e Perícia Extraordinária de Redução de Fila e Combate à Fraude - PERF.

O valor projetado para as despesas com os Programas, avaliado em R\$ 40,3 milhões, já está previsto na Lei Orçamentária.

**PUBLIQUE SEU
BALANÇO
PATRIMONIAL
COM O DIÁRIO DA MANHÃ**

permaneça em dia com a legislação por um preço que cabe no seu orçamento

o Jornal digital tem o maior alcance
aferido pelo ICP-Brasil.

solicite seu orçamento: (81) 3224-6967 / (81) 3424-6967 / (81) 3424-6989 / (81) 99894-9401

(81) 98243-1429

e-mail: orcamento1927@gmail.com

Para conferir acesse <https://www.diariodamanha-pe/publiclegal>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.336/0001-21

Balancos Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.801	9.634	Fornecedores	11	55	310
Contas a receber	7	412	2.492	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	3.131	3.724
Tributos a recuperar		289	241	Arrendamento mercantil operacional	13	118	173
Despesas antecipadas		238	72	Partes relacionadas	17	400	33
Outros ativos		3	31	Tributos a pagar		246	296
Ativo circulante		17.743	12.470	Salários e encargos sociais		417	290
Contas vinculadas	8	–	7.969	Contribuição ao fundo socioambiental	14	789	797
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	3.879	2.952	Outros passivos		265	331
Contas a receber	7	134	–	Passivo circulante		5.421	5.954
Outros ativos		532	532	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	36.869	38.062
Direito de uso	10	295	316	Arrendamento mercantil operacional	13	–	67
Imobilizado		232	178	Partes relacionadas	17	–	896
Intangível	9	59.382	61.893	Provisão para contingências	15	1.108	1.039
Ativo não circulante		64.454	73.840	Provisão de conserva especial	16	2.503	2.199
				Passivo não circulante		40.480	42.263
				Capital social	18	26.150	26.150
				Reserva de capital		2.618	2.618
				Reservas de lucros	–	7.528	9.325
				Patrimônio líquido		36.296	38.093
Total do ativo		82.197	86.310	Total do passivo e patrimônio líquido		82.197	86.310

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de investimento	Reserva de incentivo fiscal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2020	26.150	2.618	529	7.937	954	(1.550)	36.638
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	1.854	1.854
Destinação do lucro (nota 18)	–	–	84	(350)	171	95	–
Dividendos propostos (nota 18)	–	–	–	–	–	(399)	(399)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.150	2.618	613	7.587	1.125	–	38.093
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(1.797)	(1.797)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.150	2.618	613	7.587	1.125	(1.797)	36.296

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Informações gerais – A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“Rota dos Coqueiros” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objeto social, explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes (Praça de Pedágio Barra de Jangada), pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva (“Via Parque”), a extensão concedida é de 6,5 km, que se inicia na referida ponte de acesso e segue até conectar-se com a via municipal Rua Dezesseite, do Cabo de Santo Agostinho, na Praia de Itapuaema, e pela praça de pedágio localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho (Praça de Pedágio Itapuaema). A Companhia tem por objeto ainda a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessárias ao funcionamento da referida ponte e sistema viário. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010. As atividades são realizadas com base no contrato de serviço de longo prazo assim classificados:

Objeto do contrato – Exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho. Desde 30 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Verona Holding e Participações Societárias S.A. (“Verona”) e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. (“Monte Rodovias”), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia.

Covid-19: Impactos econômicos e sociais: Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”), de que o surto da Covid-19, doença respiratória aguda causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia. Com a paralisação de vários setores produtivos e a fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), ocasionadas pela implementação de medidas mitigatórias no âmbito Federal, Estadual e Municipal, tais como decretação de quarentenas, limitação de locomoção, suspensão de eventos, suspensão das atividades escolares e cessação de atividades culturais, a Companhia, considerando que a pandemia ainda está em evolução. Com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi feita a adequação das atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades em formato híbrido, ou seja, parte em casa (“home office”), e parte na empresa mantendo todos os protocolos de segurança. Para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e onde não foi possível estabelecer o home office, estamos fazendo avaliações constantes de cenários, destacando-se: (i) a liberação imediata dos jovens aprendizes; (ii) a adoção de regime de trabalho flexível para grupos estratégicos; (iii) a disponibilização de recursos em todos os pontos de trabalho; (iv) o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; (v) o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; (vi) a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre o Covid-19. Com os avanços nas campanhas de vacinação da população e a diminuição das restrições de circulação determinadas pelas autoridades sanitárias, a Administração da Companhia espera que não existam impactos significativos ainda maiores em suas operações. A Administração segue monitorando este assunto.

2. Políticas contábeis adotadas – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2022. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciamento a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior

Demonstrações dos Resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
Receita líquida	19	17.617	18.781
Custo dos serviços	20	(9.043)	(8.646)
Lucro bruto		8.574	10.135
Despesas gerais e administrativas	21	(7.896)	(4.190)
Despesas gerais e administrativas		(498)	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		1.176	5.945
Receitas financeiras	22	668	348
Despesas financeiras	22	(4.569)	(3.618)
Resultado financeiro, líquido		3.901	(3.270)
Resultado financeiro, líquido		(3.901)	(3.270)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.725)	2.675
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	928	(553)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	–	(268)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(1.797)	1.854
Lucro básico por lote de mil ações no fim do exercício – R\$		(68,72)	70,90

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2021	2020	
(Prejuízo) lucro do exercício	(1.797)	1.854	
Resultado abrangente do exercício	(1.797)	1.854	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

reserva de lucro de forma a não distribuir esse valor como lucros ou dividendos aos sócios. **2.8. Provisão para conserva especial:** A partir de 31 de dezembro de 2017, a Companhia passou a provisionar os gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura da rodovia nos próximos 10 (dez) anos (vida útil estimada), limitando ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o reconhecimento dos impactos referentes aos gastos que serão incorridos em função da utilização da rodovia, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. **2.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.11. Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: (i) **Receita de serviço:** As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. (ii) **Receita de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47, ICPC 01 (R1) e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. A receita é reconhecida, acrescida da margem de 1,00% sobre os custos incorridos no exercício, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratos. (iii) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, ao rendimento de aplicação financeira. **2.12. Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/ de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. (ii) **Impairment de ativos financeiros:** O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de concessão e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2021. **2.13. Receita de contrato com cliente:** A Companhia adota o CPC 47 para reconhecimento das receitas de contrato, o qual estabelece um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. **2.14. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022. Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022. Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022. Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023. IFRS 17 Contratos de Seguros – A partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, apropriação de receita de serviços prestados, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação da provisão para imposto de renda e outros similares que, não obstante, refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais. As estimativas e premissas, estão contempladas a seguir: **a) Determinação da amortização dos ativos intangíveis:** A Companhia utiliza o método linear de amortização, a qual está limitada ao prazo da concessão (Nota Explicativa nº 9) ou vida útil efetiva, dos dois, aquele que vier primeiro. **b) Margem de construção:** Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais a margem de lucro estimada pela Administração. A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da área de engenharia da Concessionária. **c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social ativo do diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados. A estimativa de realização do IR/CSL diferidos está apresentado na Nota Explicativa nº 23. **d) Contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança e o passivo contingente é divulgado.

continua ...

... continuação

4. Gestão de risco financeiro – a) Considerações gerais: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Os principais instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, financiamentos e saldos com acionistas. A Companhia não realizou, nos exercícios de 2021 e de 2020, operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou de caráter especulativo. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em contas a receber. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **d) Risco de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

5. Gestão de capital – O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Nota	2021	2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures		40.000	41.786
Arrendamento mercantil operacional	13	118	240
Caixa e equivalentes de caixa	6 (16.801)	(9.634)	
Contas vinculadas	8	(7.969)	
Dívida líquida		23.317	24.423
Total do patrimônio líquido		36.296	38.093
Total do capital próprio e de terceiros		59.613	62.516
Índice de alavancagem financeira – %		39%	39%
6. Caixa e equivalentes de caixa		2021	2020
Fundo de troca		61	43
Bancos conta movimento		281	87
Aplicações financeiras (i)		16.364	9.344
Numerários em trânsito (ii)		95	160
		16.801	9.634

(i) A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, em instituições financeiras de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa de 99% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Dos recursos aplicados, uma parte do montante será utilizado na melhoria da infraestrutura e operação da rodovia, e outra parte do montante com recursos exclusivos e restritos para os Programas de Gestão Ambiental e Social da Concessionária, conforme cláusula 29 do contrato de concessão. (ii) Saldo referente ao numerário de pedágio em trânsito e conferência até que o mesmo seja reconhecido efetivamente no caixa da Companhia como depósito em conta corrente no mês subsequente.

	2021	2020
7. Contas a receber		
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	395	304
Demanda de risco (i)	–	2.158
Poder Concedente	134	–
Receitas acessórias	17	30
	546	2.492
Ativo circulante	412	2.492
Ativo não circulante	134	–

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas na realização das contas a receber, uma vez que, os mesmos são recebidos dentro do prazo médio de 30 dias, em sua maioria das operadoras das etiquetas de pedágio eletrônico. (i) De acordo com a cláusula 28 do Contrato de Concessão e 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão assinado em 31/05/2019, ocorrendo variação de tráfego a menor na faixa de 70% a 90%, as correspondentes perdas de receitas de pedágio serão compartilhadas entre a concessionária e o Poder Concedente, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes. Em decorrência da frustração do tráfego, a Companhia, vem emitindo mensalmente a fatura de demanda de risco para fins de recebimento do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Pública Privada (CGPE).

8. Contas vinculadas – Em agosto de 2021, a Companhia transferiu o saldo do fundo de liquidez representado por uma aplicação financeira, no montante de R\$ 8.105 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 7.969), junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do financiamento junto ao BNB, que correspondia a seis prestações de amortização do financiamento remuneradas a taxa de 98% do CDI, com base na maior prestação pós-carência descrita na Nota Explicativa nº 12. Com a liquidação dos contratos de financiamentos junto ao BNB, este valor atualizado foi restituído para a Companhia.

9. Intangível – a) Composição				
Intangível em	Amortização		Líquido	
	Custo	Acumulada	2021	2020
Infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	10.553	(3.399)	7.154	7.534
Hardware equipamentos				
de pedágio	782	(173)	609	397
Demais melhorias e ampliações	71.163	(22.958)	48.205	50.923
Desapropriações	2.602	(944)	1.658	1.791
Máquinas e equipamentos	762	(413)	349	222
Móveis e utensílios	23	(9)	14	9
Obras em andamento	1.061	–	1.061	995
	86.946	(27.896)	59.050	61.871
Outros intangíveis (ii)				
Softwares adquiridos de terceiros	393	(61)	332	22
	393	(61)	332	22
Total intangível	87.339	(27.957)	59.382	61.893

(i) Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. **b) Movimentação**

	Intan- Software,		Total
	gível em	direitos	
	Infraes- and- trutura	mento outros	intan- gível
Custo	85.366	995	86.431
Amortização acumulada	(24.490)	(24.538)	(48)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	60.876	995	22 61.893
Adições	519	66	323
Amortização (*)	(3.406)	–	(13)
Movimentação do período	57.989	1.061	332 59.382
Custo	85.885	1.061	87.339
Amortização acumulada	(27.896)	(27.957)	(61)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	57.989	1.061	332 59.382

(*) A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear até o prazo final da concessão.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.		2021	2020
		316	727
Reconhecimento inicial de direito de uso sobre arrendamento operacional		406	–
Amortização dos contratos de arrendamento operacional		(427)	(411)
		295	316
A amortização está alocada nas rubricas "Custo de serviços" e "Gerais e administrativos" na demonstração do resultado do exercício, conforme Notas Explicativas nº 20 e nº 21.			
11. Fornecedores		2021	2020
Fornecedores nacionais		48	116
Prestadores de serviços		7	194
		55	310

Moeda	Encargos financeiros anuais		2021	2020
	R\$	Juros de 9,5% a.a.		
Banco do Nordeste			–	41.786
Debêntures			40.000	–
			40.000	41.786
Passivo circulante			3.131	3.724
Passivo não circulante			36.869	38.062
			2021	2020
a) Movimentação			41.786	39.780
Saldo inicial			3.132	3.571
Juros provisionados			(6.043)	(773)
Juros pagos			40.000	–
Captação de empréstimos			(38.875)	(792)
Amortização de principal			40.000	41.786

b) Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"): Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNB, no montante de R\$ 52.900, e complementado no montante de R\$ 13.852 no dia 2 de dezembro de 2009, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do programa FNE-PROINFRA, destinado ao financiamento de recursos para a realização de investimentos na implantação do Projeto Praia do Paiva, concessão estadual na forma de Parceria Público-Privada na modalidade patrocinada, que trata da construção e operacionalização do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes. Com a aquisição do controle acionário da Companhia pela Verona em abril de 2021 foi condicionada à quitação antecipada dos saldos dos seus financiamentos concedidos pelo BNB. Em julho de 2021, ocorreu o pagamento de liquidação dos contratos de financiamentos em virtude de emissão de debêntures. **c) Debêntures:** Em 02 de julho de 2021, a CRC emitiu 40.000 (quarenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,95%. O prazo total é de 6 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Companhia: (a) para o pré-pagamento e refinanciamento das seguintes operações: financiamentos concedidos pelo BNB à CRC nos termos (i) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado entre o BNB e a CRC em 27 de dezembro de 2007, conforme aditado de tempos em tempos, e (ii) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, Prefixo e nº 44.2009.6042.1846 celebrado entre o BNB e a CRC em 2 de dezembro de 2009, conforme aditado de tempos em termos ("Dívidas BNB"); e (b) para pagamento de despesas e comissões relacionadas com a Emissão de Debêntures. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são (i) o penhor das ações de emissão da Companhia, em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e (ii) cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da Companhia. **d) Garantias:** Em agosto de 2021, o BNB liberou todas as garantias estabelecidas nos referidos contratos de financiamentos, como: penhor de ações ordinárias da Companhia e direitos emergentes do Contrato de Concessão, vinculação de recebíveis, cessão de direitos creditórios e o fundo de liquidez em conta reserva que foi restituído para a Companhia (Nota Explicativa nº 8).

13. Arrendamento mercantil operacional – A Companhia avaliou sua carteira de contratos e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2). O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação que é de 5,75% a.a.

	2021	2020
Saldo inicial	240	761
Reconhecimento inicial	392	–
Apropriação de juros	15	24
Baixas	(529)	(545)
Saldo final	118	240
Passivo circulante	118	173
Passivo não circulante	–	67

14. Contribuição ao fundo socioambiental – O Fundo criado pela Companhia, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental. Em 31 de dezembro de 2021, o montante destinado à contribuição ao fundo socioambiental é de R\$ 789 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 797).

	2021	2020
15. Passivos contingentes		
Saldo inicial	1.039	953
Provisão	75	86
Reversão	(6)	–
Saldo final	1.108	1.039

Companhia tem ações de causas indenizatórias classificadas como perda provável, referente a processos de desapropriação e civil, considerando os valores encontrados nos laudos periciais, os quais são utilizados para fixação em sentença, baseado na expectativa dos seus assessores jurídicos externos. A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, civil e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 849 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 736).

16. Provisão de conserva especial – Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 2.503 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 2.199) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses. As referidas provisões são consideradas suficientes pela Administração no intuito de suprir as manutenções futuras.

	2021	2020
17. Partes relacionadas		
Contas a receber		
Odebrecht Participação e Investimentos S.A.	–	497
	–	497

Dividendos a pagar

Construtora Norberto Odebrecht S.A.	–	3
Odebrecht Rodovias S.A.	–	296
Vento Sul Participações LTDA.	–	100
Verona Holding e Participações Societárias S.A.	400	–
	400	399

Fornecedores

Odebrecht Rodovias S.A.	–	25
Vexty Previdência ("Vexty")	–	8
	–	33
Passivo circulante	400	929
Passivo não circulante	400	33
	–	896

Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2020 com empresas do Grupo dos ex-acionistas controladores da Companhia foram baixados em virtude da aquisição da Companhia pela Verona em abril de 2021.

18. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 36.869 (R\$ 38.062 em 31 de dezembro de 2020), e está representado da seguinte forma:

	Quantidade de ações ordinárias	Capita social 2021	2020
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	–	–	227
Odebrecht Rodovias S.A.	–	–	19.386
Vento Sul Participações LTDA.	–	–	6.538
Verona Holding e Participações Societárias S.A.	26.150.154	26.150	–
	26.150.154	26.150	26.150

b) Reserva de capital: O montante de R\$ 2.618 refere-se à cisão total do patrimônio líquido da antiga controladora indireta, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. **c) Destinação do lucro:** Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: **(i) Reserva de Incentivo Fiscal (artigo 195-A da Lei nº 6.404/76):** Consoante Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2012, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.911/2009 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 0026/2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, constante do processo administrativo fiscal nº 10480.724052/2012-15. Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021. Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 171 referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais. **(ii) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2021, não foi destinação em virtude da apuração de prejuízos (R\$ R\$ 84 destinados em 31 de dezembro de 2020). **(iii) Reserva de investimento:** A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 não foi feita destinação em virtude da apuração de prejuízos (Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia utilizou valor de R\$ 350 para compensação de prejuízos).

	2021	2020
19. Receita líquida		
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	596	426
Receita de Subvenção Governamental	–	171
Receitas acessórias	105	139
Receitas com cartão de débito	1.615	–
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	3.900	2.500
Receitas em numerário	10.678	10.843
Receitas de vale pedágio	2	–
Demanda de risco (iii)	2.422	6.521
Receita bruta	19.318	20.600
Receita operacional	18.722	20.174
Tributos sobre serviços de operação	(1.615)	(1.702)
Outras deduções	(86)	(117)
Receita líquida	17.617	18.781

(i) No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 596 como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão. (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada. (iii) Conforme cláusulas 28 do Contrato de Concessão e 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão assinado em 31/05/2019, ocorrendo variação de tráfego a menor na faixa de 70% a 90%, as correspondentes perdas de receitas de pedágio serão compartilhadas entre a concessionária e o Poder Concedente, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes. A Companhia, vem emitindo mensalmente a fatura de demanda de risco para fins de recebimento do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Pública Privada (CGPE).

	2021	2020
20. Custo dos serviços		
Depreciação e amortização	(3.861)	(3.748)
Salários e encargos	(1.910)	(1.699)
Gastos gerais	(465)	(375)
Serviços de terceiros	(1.631)	(1.614)
Seguros	(79)	(80)
Provisão para conserva especial	(304)	(450)
Materiais	(201)	(258)
	(8.451)	(8.224)
	(592)	(422)
	(9.043)	(8.646)

Custo de construção ICPC 01-R1 (i)

(i) Os custos de construção referem-se aos custos apurados e registrados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

	2021	2020
21. Despesas gerais e administrativas		
Salários e encargos	(3.205)	(2.174)
Serviços de terceiros	(3.700)	(1.122)
Depreciação e amortização	(41)	(66)
Materiais e equipamentos	(211)	(277)
Despesa com veículos	(28)	(18)
Despesas com viagens	(8)	(14)
Provisão para contingências	–	(33)
Gastos gerais	(690)	(486)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(13)	–
Total (i)	(7.896)	(4.190)

(i) Em 2021 a rubrica de Serviços de terceiros, sofreu um aumento quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido a gastos diversos não recorrentes ocasionados pelas despesas de reestruturação societária.

Diretores	
Rafaela Elaine da Costa Lima Araújo	– Diretora Presidente
Francisco de Assis Nunes Bulhões	– Diretor Sem Designação Específica
Contador	
Hugo Leonardo Santos de Moura	– CRC-PE 027.682/O-8

Relatório do Auditor Independ

... continuação

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.


táveis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtivemos entendimento

dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade

operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

 Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1
Edinilson Attizani
CT CRC 1SP 293.919/O-7

Divulgado resultado do pedido de isenção do Enem 2022

Resultado das solicitações de isenção e justificativas de ausência está disponível na Página do Participante. Período de recurso é de 25 a 29 de abril

Está disponível, na Página do Participante, o resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2022 e das justificativas de ausência na edição anterior. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou o resultado das análises dos procedimentos nesta sexta-feira, 22 de abril.

A Autarquia registrou 1.949.448 solicitações de isenção da taxa de inscrição para o Enem 2022 e 94.721 justificativas de ausência na edição de 2021. Os procedimentos foram realizados entre os dias 4 e 15 de abril, por meio da Página do Participante.

Login único – Para acompanhar o andamento da solicitação de isenção da taxa de inscrição do Enem 2022, bem como da justificativa de ausência na edição de 2021, o participante precisará utilizar login e senha únicos, cadastrados no portal do Governo Federal (gov.br).

Quem não possui o login único para acesso aos serviços prestados pelo Governo Federal pode criá-lo no endereço eletrônico acesso.gov.br. É necessário se cadastrar somente uma vez para ter acesso liberado a todos os serviços. Caso o participante já tenha cadastro, mas não lembre a senha, é possível recuperá-la.



O login único faz parte do processo de unificação de todos os serviços digitais dos órgãos públicos, alinhado ao Plano de Transformação Digital do Governo Federal. O cadastro garante maior segurança e transparência na utilização dos sistemas.

Recurso – O período para interpor recurso aos resultados começa na próxima segunda-feira, 25 de abril. O procedimento deve ser formalizado por meio da Página do Participante até o dia 29 do mesmo mês, com envio de nova documentação que justifique a ausência na edição de 2021, observando a opção escolhida, conforme anexo I do Edital n.º 14/2022.

No caso do participante que teve a solicitação de isenção da taxa de inscrição para o Enem 2022 reprovada pelo Inep, é também necessário enviar a documentação que comprove a situação de solicitação de isenção, conforme listado no anexo II do edital. Os documentos devem estar nos formatos PDF, PNG ou JPG, com o tamanho máximo de 2 MB.

Vale lembrar que a aprovação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição no Enem 2022 e das justificativas de ausência no exame de 2021 não garante a inscrição no exame. Os interessados em realizar o Enem 2022, isentos ou não, deverão fazer a inscrição na Página do Participante, tendo como referência edital específico, ainda a ser publicado pelo Inep.

Enem – O Exame Nacional do Ensino Médio avalia o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Ao longo de mais de duas décadas de existência, tornou-se uma das principais portas de entrada para a educação superior no Brasil, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e de iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Instituições de ensino públicas e privadas utilizam o Enem para selecionar estudantes. Os resultados são usados como critério único ou complementar dos processos seletivos, além de servirem de parâmetros para acesso aos auxílios governamentais, como o proporcionado pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Os resultados individuais do Enem também podem ser usados nos processos seletivos de instituições portuguesas que possuem convênio com o Inep para aceitarem as notas do exame. Os acordos garantem acesso facilitado às notas dos estudantes brasileiros interessados em cursar a educação superior em Portugal.

Confira o Edital n.º 14/2022

Concessionária Rota do Atlântico S.A. – CRA

CNPJ/ME nº 13.799.190/0001-09

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	73.518	14.668
Contas a receber	7	3.448	2.489
Tributos a recuperar	13.a	73	170
Adiantamentos	–	384	717
Outros ativos	–	–	26
Total do ativo circulante		77.423	18.069
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	30.737	31.157
Outros ativos	–	41	20
Imobilizado	–	211	119
Intangível	8	220.643	227.540
Direito de uso	10	440	1.356
Total do ativo não circulante		252.072	260.193
Total do ativo		329.495	278.262

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações fechada, com sede no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, e foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governador do Estado de Pernambuco). A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco. Em 11 de setembro de 2020, a INVEPAR e a Odebrecht Rodovias S.A. assinaram o contrato de Compra e Venda de ações para a venda de 50% de participação cada na Companhia. Em 30 de abril de 2021, todas as condições precedentes foram cumpridas e a operação de venda foi concluída com a transferência dos controles acionários para a Verona Holding e Participações Societárias S.A. (“Verona”). A Verona é controlada direta da Monte Rodovias S.A. (“Monte Rodovias”).

1.1. Procedimento arbitral envolvendo a Companhia: Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e (ii) em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA. Considerando que concessionária optou por não ajuizar a ação anulatória e, que agora não cabe mais discussão sobre o mérito, a probabilidade de perda é provável em relação aos pedidos formulados pelo CEV. Por fim, é importante ressaltar que as eventuais perdas com o Procedimento Arbitral, ao término da liquidação da sentença arbitral, poderão ter lastro no contrato de contrato de concessão, sendo passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor das concessionárias. Em 10 de janeiro de 2022 o Tribunal Arbitral estabeleceu o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais.

1.2. Principais medidas e impactos decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19): Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que o surto da Covid-19, doença respiratória aguda causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia. Com a paralisação de vários setores produtivos e a fragilidade da economia mundial, causadas pela Covid-19, ocasionadas pela implementação de medidas mitigatórias no âmbito Federal, Estadual e Municipal, tais como decretação de quarentenas, limitação de locomoção, suspensão de eventos, suspensão das atividades escolares e cessação de atividades culturais, a Companhia, considerando que a pandemia ainda está em evolução, tem expectativa de tendência de redução na sua receita de pedágios, devido à queda no volume de tráfego das rodovias. Com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi feita a adequação das atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades em casa (“home office”) e, para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e nas áreas administrativas onde não for possível estabelecer o home office, estamos fazendo avaliações constantes de cenários, destacando-se: (i) a liberação imediata de pessoas no grupo de risco, estagiários e aprendizes; (ii) a adoção de regime de trabalho flexível para grupos estratégicos; (iii) a disponibilização de recursos em todos os pontos de trabalho; (iv) o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/impeza em todos os pontos de trabalho; (v) o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; (vii) a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre a Covid-19. Quanto aos usuários, além da colocação de mensagens de apoio e orientação em painéis ao longo das rodovias, foram implementados pontos de apoio aos usuários, visando, dentre outras ações, aferição de temperatura corporal, higienização das cabines dos caminhões, orientações de prevenção, distribuição de kits com álcool gel, luvas, máscaras e produtos de higiene. A Administração permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de assegurar o caixa necessário para manutenção de suas operações.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

2.1. Base de preparação: Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do IAS 16 (R2). Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como o valor em uso no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimati-

Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo circulante	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	–	–	13.275
Fornecedores	–	2.512	2.635
Obrigações sociais e trabalhistas	–	1.299	1.234
Impostos, taxas e contribuições sociais	13.b	927	633
Arrendamentos	10	468	20
Partes relacionadas	19	–	56
Outros passivos	–	591	40
Total do passivo circulante		5.797	17.893
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	–	–	95.718
Debêntures	9	152.029	–
Arrendamentos	10	54	1.411
Provisão de conserva especial	11	2.833	1.677
Partes relacionadas	19	99.029	98.409
Total do passivo não circulante		253.945	197.215
Patrimônio líquido			
Capital social	14	126.756	126.756
Prejuízos acumulados	(57.003)	(63.602)	–
Total do patrimônio líquido		69.753	63.154
Total do passivo e patrimônio líquido		329.495	278.262

vas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2022.

2.2. Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação. As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; o ajuste do risco específico do país; o ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e o ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco da Companhia. Os ativos de direito de uso são amortizados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração valor adicionado”.

2.4. Lucro por ação: O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

2.5. Segmentos operacionais: A operação da Companhia consiste na exploração de concessão de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota Explicativa nº 6).

2.7. Contas a receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os registros do contas a receber são realizados pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída Provisão Esperada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”).

2.8. Despesas antecipadas: As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

2.9. Partes relacionadas: O saldo de mútuo foi registrado, inicialmente, a valor justo, e mensurado, subsequentemente, ao custo amortizado, com prazo de realização superior a 12 (doze) meses e, consequentemente, classificado no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 19).

2.10. Demais ativos: Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

2.11. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada período/exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para

Demonstrações dos Resultados			
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de serviços	15	59.044	49.674
Receita de construção	15	1.966	1.888
Receita líquida		61.010	51.562
Custo dos serviços prestados	16	(31.128)	(30.397)
Custo de construção	16	(1.947)	(1.869)
Lucro bruto		27.935	19.296
Gerais e administrativas	17	(8.646)	(7.113)
Lucro operacional		19.289	12.183
Receitas financeiras	18	733	372
Despesas financeiras	18	(12.075)	(13.004)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		7.947	(449)
IRPJ e contribuição social correntes	12	(927)	–
IRPJ e contribuição social diferidos	12	(421)	6.512
Lucro líquido do exercício		6.599	6.063

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	6.599	6.063
Total do resultado abrangente do exercício e período	6.599	6.063

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Prejuízos			
	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Reservas acumuladas
Saldo em 31/12/2019	14	126.756	–	(69.665)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	6.063
Saldo em 31/12/2020	14	126.756	–	(63.602)
Lucro líquido do exercício	–	–	1.414	5.185
Saldo em 31/12/2021	14	126.756	1.414	(58.417)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

2.12. Intangível: **2.12.1. Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão:** Os ativos intangíveis construídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados. A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota Explicativa nº 8). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado de forma linear ao período da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 (R1) – “Custos de empréstimos”.

2.13. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.14. Outros passivos: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social como ativos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências para comprovar que a Companhia apresentará lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.16. Capital social: As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido (Nota Explicativa nº 14).

2.17. Reconhecimento da receita: A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades e se baseiam suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço. As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Receita de contratos de construção: A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – “Contratos de concessão”, segundo o método de custo acrescido de margem. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

2.18. Normas novas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados: Uma

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		7.947	(448)
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício e período das operações continuadas			
Margem de construção	–	(19)	(19)
Depreciação e amortização	8	10.285	9.652
Juros e variações monetárias, líquidas	–	10.096	8.895
Juros de mútuos passivos	–	1.620	3.431
Juros sobre arrendamento mercantil	10	96	113
Provisão para conserva especial	11	1.647	1.611
Baixa do imobilizado e intangível	8	51	–
Lucro ajustado das operações		31.723	23.235
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	7	(959)	452
Tributos a recuperar	13	518	5
Adiantamentos	–	333	177
Outros ativos	–	5	–
Fornecedores	–	(179)	(427)
Obrigações tributárias	13	(2.675)	138
Obrigações sociais e trabalhistas	–	65	205
Partes relacionadas	19	564	(28)
Provisão para conserva especial	11	(491)	(1.438)
Arrendamento mercantil	10	150	438
Outros passivos	–	551	2
Juros pagos	–	(10.450)	(4.474)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		19.155	18.285
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira	–	5.328	144
Adições ao intangível	8	(2.419)	(1.787)
Adições líquidas ao imobilizado	–	(120)	(43)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos		2.789	(1.686)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de empréstimos e financiamentos		(113.968)	(5.679)
Baixas de arrendamento	10	(1.155)	(1.354)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	9	152.029	–
Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades de financiamentos		36.906	(7.033)
Aumento de caixa e equivalente de caixa		58.850	9.565
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		14.668	5.103
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		73.518	14.668

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Receita de serviços	64.628	54.372
Receita de construção ICPC 01-R1	1.966	1.888
Perda efetiva do contas a receber	(12)	(14)
	66.582	56.246
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(15.566)	(14.907)
Custo de construção ICPC 01-R1	(1.947)	(1.870)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(567)	(574)
Valor adicionado bruto	48.502	(38.895)
Depreciação e amortização	(10.285)	(9.652)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	38.217	29.243
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	769	372
Valor adicionado total a distribuir	38.986	29.615
Distribuição do valor adicionado Pessoal		
Remuneração direta	7.344	7.232
Benefícios	3.400	2.914
FGTS	488	379
Impostos, taxas e contribuições	8.906	

... continuação

provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 12. c) Reconhecimento de margem da receita de construção: Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é de 1%, a Companhia utiliza o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis: A amortização do ativo intangível reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear. O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido linearmente, pelo prazo da concessão, em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura (concessão nova). A Administração reconhece que essas são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, sendo essas estimativas também utilizadas pelas principais empresas do segmento. e) Provisões para passivos contingentes: A Companhia estima e atualiza as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos. 4. Instrumentos financeiros - 4.1. Ativos financeiros: Classificação: A Companhia classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. 4.2. Passivos financeiros Classificação: A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores. Reconhecimento e mensuração: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. 5. Gestão de risco financeiro - 5.1. Fatores de risco financeiro: a) Considerações gerais: As atividades da Companhia a expõe aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios. b) Gerenciamentos de riscos: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. d) Risco de crédito: As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo do contas a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento dos devedores, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia acompanha a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha. 5.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), debêntures e partes relacionadas, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim resumido:

Table with 4 columns: Nota, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2020. Rows include Total dos empréstimos e financiamentos, Debêntures, Partes relacionadas, Divida líquida, Total do patrimônio líquido, Total do capital próprio e de terceiros, Índice de alavancagem financeira - %.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2020, 31/12/2020. Rows include Ativos, conforme balanço patrimonial, Passivos, conforme o balanço patrimonial, 6. Caixa e equivalentes de caixa, 7. Contas a receber, 8. Intangível em infraestrutura, 9. Debêntures, 10. Movimentação, 11. Saldo em 31 de dezembro de 2020, 12. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 13. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 14. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 15. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 16. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 17. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 18. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 19. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 20. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 21. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 22. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 23. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 24. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 25. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 26. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 27. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 28. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 29. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 30. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 31. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 32. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 33. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 34. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 35. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 36. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 37. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 38. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 39. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 40. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 41. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 42. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 43. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 44. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 45. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 46. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 47. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 48. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 49. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 50. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 51. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 52. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 53. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 54. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 55. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 56. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 57. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 58. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 59. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 60. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 61. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 62. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 63. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 64. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 65. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 66. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 67. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 68. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 69. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 70. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 71. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 72. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 73. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 74. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 75. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 76. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 77. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 78. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 79. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 80. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 81. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 82. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 83. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 84. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 85. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 86. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 87. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 88. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 89. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 90. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 91. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 92. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 93. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 94. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 95. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 96. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 97. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 98. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 99. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 100. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 101. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 102. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 103. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 104. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 105. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 106. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 107. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 108. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 109. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 110. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 111. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 112. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 113. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 114. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 115. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 116. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 117. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 118. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 119. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 120. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 121. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 122. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 123. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 124. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 125. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 126. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 127. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 128. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 129. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 130. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 131. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 132. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 133. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 134. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 135. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 136. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 137. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 138. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 139. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 140. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 141. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 142. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 143. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 144. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 145. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 146. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 147. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 148. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 149. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 150. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 151. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 152. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 153. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 154. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 155. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 156. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 157. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 158. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 159. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 160. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 161. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 162. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 163. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 164. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 165. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 166. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 167. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 168. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 169. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 170. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 171. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 172. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 173. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 174. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 175. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 176. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 177. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 178. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 179. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 180. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 181. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 182. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 183. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 184. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 185. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 186. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 187. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 188. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 189. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 190. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 191. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 192. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 193. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 194. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 195. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 196. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 197. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 198. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 199. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 200. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 201. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 202. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 203. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 204. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 205. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 206. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 207. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 208. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 209. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 210. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 211. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 212. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 213. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 214. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 215. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 216. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 217. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 218. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 219. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 220. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 221. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 222. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 223. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 224. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 225. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 226. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 227. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 228. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 229. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 230. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 231. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 232. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 233. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 234. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 235. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 236. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 237. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 238. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 239. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 240. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 241. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 242. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 243. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 244. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 245. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 246. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 247. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 248. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 249. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 250. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 251. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 252. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 253. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 254. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 255. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 256. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 257. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 258. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 259. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 260. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 261. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 262. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 263. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 264. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 265. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 266. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 267. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 268. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 269. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 270. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 271. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 272. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 273. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 274. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 275. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 276. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 277. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 278. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 279. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 280. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 281. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 282. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 283. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 284. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 285. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 286. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 287. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 288. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 289. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 290. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 291. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 292. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 293. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 294. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 295. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 296. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 297. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 298. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 299. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 300. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 301. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 302. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 303. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 304. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 305. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 306. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 307. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 308. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 309. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 310. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 311. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 312. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 313. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 314. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 315. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 316. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 317. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 318. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 319. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 320. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 321. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 322. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 323. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 324. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 325. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 326. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 327. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 328. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 329. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 330. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 331. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 332. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 333. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 334. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 335. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 336. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 337. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 338. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 339. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 340. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 341. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 342. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 343. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 344. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 345. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 346. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 347. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 348. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 349. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 350. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 351. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 352. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 353. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 354. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 355. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 356. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 357. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 358. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 359. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 360. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 361. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 362. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 363. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 364. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 365. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 366. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 367. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 368. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 369. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 370. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 371. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 372. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 373. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 374. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 375. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 376. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 377. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 378. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 379. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 380. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 381. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 382. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 383. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 384. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 385. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 386. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 387. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 388. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 389. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 390. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 391. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 392. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 393. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 394. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 395. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 396. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 397. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 398. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 399. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 400. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 401. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 402. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 403. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 404. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 405. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 406. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 407. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 408. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 409. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 410. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 411. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 412. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 413. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 414. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 415. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 416. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 417. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 418. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 419. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 420. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 421. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 422. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 423. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 424. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 425. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 426. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 427. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 428. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 429. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 430. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 431. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 432. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 433. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 434. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 435. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 436. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 437. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 438. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 439. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 440. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 441. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 442. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 443. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 444. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 445. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 446. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 447. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 448. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 449. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 450. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 451. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 452. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 453. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 454. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 455. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 456. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 457. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 458. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 459. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 460. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 461. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 462. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 463. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 464. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 465. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 466. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 467. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 468. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 469. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 470. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 471. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 472. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 473. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 474. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 475. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 476. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 477. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 478. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 479. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 480. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 481. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 482. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 483. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 484. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 485. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 486. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 487. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 488. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 489. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 490. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 491. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 492. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 493. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 494. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 495. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 496. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 497. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 498. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 499. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 500. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 501. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 502. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 503. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 504. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 505. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 506. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 507. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 508. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 509. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 510. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 511. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 512. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 513. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 514. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 515. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 516. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 517. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 518. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 519. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 520. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 521. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 522. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 523. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 524. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 525. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 526. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 527. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 528. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 529. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 530. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 531. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 532. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 533. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 534. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 535. Saldo em 31 de dezembro de 2021, 5

... continuação

Concessionária Rota do Atlântico S.A. – CRA

têm condições de estimar o valor de eventuais indenizações dos pedidos das requerentes. De acordo com o contrato de compra e venda da Companhia pelo Grupo Monte Rodovias, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à Companhia, os vendedores têm a obrigação de indenizar a Companhia em relação a quaisquer perdas decorrentes destes procedimentos de arbitragem. Tal indenização é (i) sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e (ii) em caso de decisão favorável à Companhia, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela Companhia. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Companhia. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – Informação suplementar:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital aberto e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de companhia, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos

se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Adminis-

tração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

Edinilson Autizani – CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Governo Federal institui Dia da Conscientização da Fibrodissiplasia Ossificante (FOP)

ma doença extremamente rara, de origem genética, na qual os músculos e o tecido conjuntivo são gradualmente substituídos por tecido ósseo, processo conhecido por ossificação, que começa, geralmente, até os cinco anos de idade. O diagnóstico precoce e correto nos primeiros anos de vida é fundamental. Para ampliar o conhecimento sobre a doença, o Governo Federal institui o Dia de Conscientização da Fibrodissiplasia Ossificante (FOP). A data será celebrada todo dia 23 de abril.

Nesta segunda-feira (25), o presidente da República, Jair Bolsonaro, a primeira-dama do Brasil, Michelle Bolsonaro e o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, estiveram no lançamento de uma portaria que trata sobre a doença, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF).

“Nesse governo ninguém fica para trás. Esse é o compromisso desse governo com as doenças raras. É por isso que já foram investidos mais de R\$ 3,5 bilhões na atenção especializada para pacientes raros. O cuidado começa ainda no cuidado neonatal, com o Teste do Pezinho. Nós expandimos esse diagnóstico para até 50 exames. Esse é o compromisso com a defesa da vida”, ressaltou o ministro.

O objetivo do Ministério da Saúde é estimular a divulgação



de informações sobre a doença, sintomas, além de ampliar o conhecimento dos profissionais de saúde, em todos os níveis de atenção, para as ações necessárias para detecção precoce e tratamento adequado. O diagnóstico precoce, na sala de parto ou nas primeiras consultas pediátricas, pode ajudar a reduzir o impacto da doença sobre a vida e desenvolvimento da criança.

“Há dois dias comemoramos os 16 anos da descoberta da causa genética da FOP e hoje anunciamos essa vitória para as famílias. Uma medida simples e sem custo que evitará procedimentos danosos para esses pacientes”, afirmou a primeira-dama. “O passo que demos hoje é fundamental para as famílias que buscam respostas para a condição de seu filho”, concluiu.

“Hoje estamos aqui para falar sobre a FOP e o Governo Federal alerta para o diagnóstico precoce. É uma doença extremamente rara, de origem genética. O diagnóstico precoce e correto nos primeiros anos de vida é fundamental”, afirmou a secretária de Atenção Especializada à Saúde (Saes) do Ministério da Saúde, Maíra Botelho.

A Fibrodissiplasia Ossificante Progressiva, também conhecida como Miosite

Ossificante Progressiva, é uma doença cuja incidência é de 1 em 2 milhões de pessoas. Atualmente, estima-se que cerca de 4 mil pessoas no mundo convivem com esse problema. A FOP é uma doença incurável e que leva à formação óssea fora do esqueleto (ossos extra esqueléticos ou heterotópicos) afetando tendões e ligamentos, entre outras partes do corpo, o que limita os movimentos das pessoas. O processo de ossificação geralmente é perceptível na primeira infância (0 a 5 anos), afetando os movimentos do pescoço, dos ombros e dos membros.

Pessoas com FOP nascem com o dedo maior do pé (hálux) malformado bilateralmente, sendo que aproximadamente 50% também têm polegares malformados. Esse é um sinal importante para a doença e especialmente útil no exame do recém-nascido. Outros sinais congênitos de FOP incluem malformação da parte superior da coluna vertebral (vértebras cervicais) e um colo do fêmur anormalmente curto e grosso.

A FOP não tem cura, os cuidados multiprofissionais e alguns medicamentos são oferecidos de forma integral e gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e podem amenizar os sinais, sintomas e inflamações.

Assistência

Festival Varilux de Cinema Francês abre inscrições para seu 5º Laboratório Franco-Brasileiro de Roteiros

COM COORDENAÇÃO DE FRANÇOIS SAUVAGNARGUES, LAB INSCREVE ATÉ 1º DE JUNHO

Atividade integrante do Festival Varilux de Cinema Francês, o 5º Laboratório Franco-Brasileiro de Roteiros está com inscrições abertas até dia 1º de junho. Destinado a roteiristas, diretores e realizadores, a atividade propicia o desenvolvimento da escrita de projetos de roteiros de longa-metragem e de séries de TV. A formação será presencial entre os dias 20 e 24 de junho e, para se inscrever, basta acessar <https://variluxcinefrances.com> onde está o regulamento, formulário de inscrição e outras informações.

Coordenado por François Sauvagnargues, especialista de ficção e ex-diretor geral do FIPA, Festival Internacional de Programação Audiovisual (Biarritz, França), o Laboratório terá como professores os roteiristas Corinne Klomp, Pascale Rey, Jean-Marie Chavent e Nicolas Clément, todos integrantes do Conservatório Europeu de Escrita Audiovisual (CEEAA). Os 16 participantes selecionados serão divididos em quatro grupos que trabalharão durante cinco dias.

O LAB terá duas modalidades de roteiro de longa-metragem de



ficção, original ou adaptado, e roteiro de série de ficção para televisão. O objetivo é explorar os fundamentos e a metodologia da construção dramática, acompanhar a escrita, explorar abordagens que facilitem a construção da história, orientar os autores ajudando-os a encontrarem suas particularidades e a construir uma narração. Já passaram pelo

Laboratório de Roteiro nomes como os diretores Ana Rieper, Estevão Ciavata, Angelo Defanti, João Miguel e Wagner Assis.

Para outras informações sobre o Lab é só escrever para lab@bonfilm.com.br ou falar com Nathalia Guinet no telefone (11) 941224180.

Para download de fotos, acesse: LAB de Roteiros

O Festival Varilux de Cinema

Francês é realizado pela produtora Bonfilm e tem como patrocinadores principais a Essilor/Varilux e a Pernod Ricard/Lillet, além do Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura. Outros parceiros importantes são as unidades das Alianças Francesas em todo Brasil, a Embaixada da França no Brasil, as empresas Club Med, Air France e Ingresso.com, além das distribuidoras dos filmes e os exibidores de cinema independente/de arte e as grandes redes de cinema comercial.

Sobre a Bonfilm

Além de distribuidora de filmes, a Bonfilm é realizadora do Festival Varilux de Cinema Francês que, nos últimos 12 anos, promoveu mais de 35 mil sessões nos cinemas e somou um público de mais de um 1,1 mil espectadores. Desde 2015, a Bonfilm organiza o festival Ópera na Tela, evento que exhibe filmes de récitas líricas em uma tenda montada ao ar livre no Rio de Janeiro, e que já teve uma edição em São Paulo, além de cinemas de todo Brasil

Carla Prata estreia como madrinha de bateria da Vai-Vai e brilha em ensaio na quadra da escola

Apresentadora esteve no último ensaio na quadra da tradicional escola do Bixiga na noite de domingo (17)

A experiência do intercâmbio é transformadora, acrescenta tanto na sua vida pessoal quanto na profissional, isso todos nós já estamos cansados de ouvir. Mas como vive-la da melhor maneira possível? Não existe uma fórmula perfeita. Arleth Bandera, CEO da Eagle, primeira e única agência de intercâmbio feita 100% de brasileiros no Vale do Silício, mostra 3 dicas de roteiro para você aproveitar essa experiência ao máximo!

“Essa experiência pode ser uma das melhores que alguém pode ter, conhecer um novo país, seus costumes e sua cultura. O aprendizado vai muito além do que apenas o de um novo idioma. Lá, aprendemos a lidar com a saudade de casa, família e a gerenciar os próprios gastos. Mas é bom ficar alerta, para se ter uma imersão total é interessante evitar algumas coisas”, pontua a CEO da Eagle Intercâmbio.

Segundo Arleth um dos primeiros pontos que você precisa levar em consideração é o tipo de viagem que você está programando. Será uma viagem de lazer, estudos ou trabalho? A intenção é passar alguns dias ou alguns meses? Você vai sozinho,



com a família ou com os amigos?. Com essas respostas em mente, fica mais fácil analisar os prós e contras de cada cidade que você pode visitar ao programar sua viagem para os Estados Unidos.

Viagem em família:

“O estado da Flórida, com os parques da Disney e as praias de Miami, é a escolha perfeita, segundo os milhares de brasileiros que desembarcam por lá ao longo do ano.

Com invernos de temperaturas amenas e verões quentes e úmidos, aqui, você vai encontrar diversas opções para todas as idades. Aliás, já tenha em mente que é humanamente impossível passar e aproveitar todas as atrações e passeios de Orlando em uma única viagem de uma ou duas semanas. Imagine, então, fazer uma dobradinha e esticar para Miami também.”, comenta Arleth Bandera.

Ter ansiedade é normal, mas planejamento e prioridade são duas palavras-chaves para você ter sucesso com esse roteiro de viagem para os Estados Unidos. Converse com todos os integrantes dessa aventura e #partiu fazer a mala!

Viagem com os amigos:

“Muitas cidades ecléticas esperam por você e pela sua turma na Costa Oeste americana. A Califórnia é sempre uma ótima opção, com Los Angeles, Long Beach e San Diego bem pertinho uma da outra.

Mas, hoje, nossa dica para a festa não parar é aterrissar em Las Vegas, no estado de Nevada. A Cidade do Pecado, apelido carinhoso pelo qual é conhecida, é famosa pelos incríveis hotéis e cassinos, já que a aposta por aqui é legalizada. Mesmo quem não gosta de jogar perde a noção do tempo se divertindo em meio a tantas atrações, baladas, musicais temáticos e shows.”, comenta a especialista em intercâmbio.